## Assembleia Legislativa do Estado do Piauí Gabinete da Deputada Margarete Coelho

Av. Mal. Castelo Branco, 201 - Cabral - Teresina/Pl

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí.

LIDO KO EXPEDIENTE

24.05 11

MARGARETE COELHO, Deputada Estadual com assento nesta Casa Legislativa pelo Partido Progressista, vem perante Vossa Excelência – com espeque nos arts. 95, caput, 96, inciso I, alínea "f", do Regimento Interno da AL – PI, **REQUERER** que se digne – uma vez ouvido o plenário - enviar expediente aos Presidentes da Associação dos Vereadores do Estado do Piauí - AVEP e Associação Piauiense de Municípios - APPM sugerindo a adoção de projeto de lei onde se proponha auxílio financeiro às mães que não forem atendidas na rede pública de creches municipais.

O objetivo é que as sobreditas entidades transmitam a seus associados, a sugestão de projeto de lei a ser apresentado em seus respectivos municípios visando proteger as mães que procuram as creches públicas em suas cidades e não encontram vaga, sendo assim amparadas por auxilio financeiro até sobrevir um espaço para seus filhos.

É inadmissível que crianças no Piauí ainda aguardem em fila de espera para terem acesso à educação; para terem direito aos primeiro cuidados que a idade exige. É o mínimo que o Poder Público deve fazer. A presente propositura serve, também, como forma de compelir os Municípios a darem maior atenção as nossas crianças.

São as razões que ensejam a aprovação do vertente requerimento.

Segue, portanto, a minuta de projeto de lei municipal a ser repassada para os vereadores e prefeitos piauienses:

Projeto de L	.ei nº/2011
	D PROGRAMA DE AUXÍLIO-CRECHE ÀS MÃES NÃO SNA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE CRECHES DO MUNICÍPIO
	Institui o Programa de auxílio-creche às mães não atendidas na rede pública municipal de creches do município de 
A	A CÂMARA MUNICIPAL DE decreta:
	Art.1º - Fica instituído no âmbito do município de o Programa de auxílio-creche às mães não atendidas na
rede públic	a de creches diretas ou indiretas da Prefeitura do Município

Art. 2º - Terão direito de acesso ao programa as mães com crianças em idade de atendimento nas creches e que aguardam atendimento na fila de demanda.

Art. 3° - As mães que atendam ao disposto no artigo 2° receberão auxílio de ½ salário mínimo por criança durante o período em que não for atendida pela rede de creche pública municipal direta ou indireta.

Art. 4° - As despesas decorrentes com a execução desta lei correrão por conta de dotações financeiras próprias, consignadas no orçamento vigente e suplementadas se necessário.

Art. 5° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário."

Palácio Petrônio Portella, aos 27 de abril de 2011.

Margarete Coelho Deputada Estadual